



GT – 15: Práticas culturais na produção da cidade

O ESPAÇO DO CARNAVAL DAS GRANDES SOCIEDADES EM MEIO A(S) PRODUÇÃO(ÕES) DE NOVA(S) CIDADE(S)

Autor: Dimitri Andrey Scarinci
Filiação institucional: UFRJ (PPGG)
E-mail: dimitriscarinci@gmail.com

RESUMO: O presente artigo procura abordar a formação do território simbólico do carnaval das Grandes Sociedades através do panorama de uma nova centralidade na Avenida Central e seus impactos no Rio de Janeiro com os ideais de modernidade de cosmopolitismo, e a perda da centralidade da Rua do Ouvidor. A base teórica está fundamentada no método de análise da sincronia espacial, além do levantamento de notícias de jornal, pesquisa bibliográfica e consulta aos acervos das instituições públicas. Como resultados preliminares, a territorialização dos espaços centrais da cidade pelos desfiles das Grandes Sociedades, cria uma via de mão dupla, pois, reafirma a centralidade desses espaços produzidos pela prática carnavalesca, como também afirmam a importância simbólica das Sociedades Carnavalescas dentro dos festejos de Momo.

Palavras-chave: Carnaval; Rio de Janeiro; Centralidade Festiva.

1. Considerações Iniciais

O estudo da organização espacial de uma cidade e, no caso específico em que é abordado neste artigo, da Rua do Ouvidor e da Avenida Central se demonstra como uma estrutura muito diferente da que percebemos hoje. Parte-se desta premissa, para-se espacializar a rua como processo de uso e ocupação histórica. Este processo é necessário não apenas para contar fatos e boatos que ocorriam na rua, mas também apontar a centralidade que foi construída e consolidada ao longo do século XIX, pois a sua construção não pode ser limitada a um simples objeto, mas sim a uma sequência e conjunto de operações decorrentes no espaço (LEFEBVRE, 2000).

Dentro dessa perspectiva de incorporar ao espaço da cidade uma nova configuração durante o carnaval, a cidade do Rio de Janeiro passou por profundas transformações no decorrer da construção da Avenida Central no início do século XX, onde novos hábitos e pensamentos de modernidade, higienização e civilidade que iniciou a sua incorporação em contrapartida do que era conhecido e vivido até então. Tornava-se necessário a cidade do Rio de Janeiro assumir o papel cosmopolita e moderno como capital do principal país produtor de café em escala mundial (ABREU, 1997).

O objetivo principal que vai nortear o desenvolvimento deste trabalho é analisar a formação do território do carnaval das grandes sociedades através do panorama de um novo centro na cidade e seus impactos na composição dos ritos que compõem o ritual da festa de carnaval. O ritual pode ser definido como os atos de “conter, construir e elaborar” (DAMATTA, 1997, p. 47) que estão inseridos na existência das manifestações durante os dias de carnaval. Torna-se necessário apontar que as sociedades construíam novos ideais para a sua existência e missão de civilizar e educar o povo. Para oferecer suporte ao desenvolvimento da principal premissa do trabalho, apresentam-se como uma das etapas secundárias constituírem uma discussão bibliográfica acerca da produção do espaço urbano, história urbana e dos processos de formação da centralidade da cidade. Outro ponto pertinente para estruturar o desenvolvimento do trabalho é abordar os processos de formação, como também a caracterização das Sociedades Tenentes do Diabo, Club dos Fenianos e Club dos Democráticos. As pertinências da abordagem dessas sociedades estão inseridas no desenvolvimento do carnaval carioca ao longo do século XIX e reflete nas manifestações ocorridas na primeira década do século XX.

A base teórica está fundamentada na metodologia da sincronia espacial e na perspectiva da inscrição como via de análise entre as relações espaço – tempo. A sincronia espacial se procura estabelecer os eixos de coexistências que direcionam a análise espacial e suas demais relações em um determinado recorte temporal que justifica as mudanças entre um momento e outro (SILVA, 2012). Já a inscrição configura-se como a abordagem de um determinado processo ou forma em um determinado momento e localização (CÔRREA, 2016) e assim torna-se possível entender e remontar os recortes espaciais assim como os seus hábitos e significados para que possa ser construída a abordagem a ser construída no desenvolvimento da dissertação. A fim de estabelecer relações para construir o entendimento

dos territórios produzidos pelo carnaval e interpretar os costumes da sociedade carioca na mudança de concepção das relações de produção do espaço da cidade, serão utilizados como fontes de informação o levantamento e catalogação de notícias de jornais e revistas através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde se optou pela atualização da grafia das notícias para a forma atual. Em paralelo aos dados coletados, também será realizada a revisão bibliográfica acerca do assunto, com vistas a permitir um diálogo da Geografia com outras áreas do conhecimento.

2. A cidade do Rio de Janeiro – produto do pensamento e da ação humana

Ao longo da história da urbanização brasileira, é possível observar diferentes ações por parte da Coroa Portuguesa afim de ocupar a extensa área da então colônia. Vale ressaltar que a comparação com o caso da colonização espanhola é recorrente, principalmente pelo valor que a legislação da Lei de Índias, em que Smith (1958) aponta a adoção “da fórmula rígida do xadrez clássico em todas as suas adoções após 1523” (SMITH, 1958, p. 22) conferiu no ordenamento territorial da América Espanhola. Dessa perspectiva, torna-se necessário apontar a mudança de concepção da cidade medieval (CASA – RUA) para a cidade renascentista (RUA – CASA), apontada por Santos (1968) na sua comparação entre a cidade informal e a cidade regular. Ao limitar a discussão sobre as concepções de cidade, a metáfora do Semeador (América Portuguesa) e a do Ladrilhador (América Espanhola) cunhada por Holanda (1987) em seu celebre livro Raízes do Brasil.

Para que ocorresse a urbanização da colônia com o objetivo de defesa e exploração das atividades mercantis como a produção da cana de açúcar, ouro entre outros recursos, alguns agentes tiveram importância para a o planejamento e execução da construção dos arranjos espaciais em diferentes momentos. Elenca-se o papel da Igreja Católica como representante da Coroa, os engenheiros e aulas militares e o por fim, o Estado Português de forma efetiva, conforme Reis Filho (1968). Através das diferentes atuações estabeleceu-se o domínio do território, criação de vias de circulação, parâmetros de construção, estabelecimento de prédios e funções administrativas, além da delimitação do tamanho dos sítios a serem ocupados como a disposição de ruas e da praça central aonde se concentravam os órgãos administrativos, quase sempre com destaque para a localização da igreja. Esse

ponto pode ser exemplificado na legislação das cartas régias sobre as diretrizes de uma Vila que foi abordado por Delson (1997):

As câmaras tinham patrimônio e fonte de renda próprios e não dependiam do Tesouro Real, ou seja, dos fundos públicos das suas respectivas capitanias. O patrimônio era constituído de terras que lhes haviam sido concedidas no ato de criação da vila, terras reservadas para o rossio (passeio público), para a construção de prédios públicos e para a criação de parques públicos e de uma gleba comunal. As câmaras eram autorizadas a conceder algumas dessas terras a particulares ou arrendá-las. Ruas, praças, vias de acesso, pontes, fontes públicas e outras infraestruturas também eram consideradas partes do seu patrimônio. As rendas da câmara provinham dos aluguéis que ela tinha o direito de receber sobre terras arrendadas e de tributos locais (taxas), autorizados por lei ou por permissão especial do rei. A câmara podia reter dois terços da renda municipal, porém um terço tinha de ser entregue aos representantes do Tesouro na capitania (...). (DELSON, 1997, p. 05).

A ocupação e criação da cidade do Rio de Janeiro, serve como exemplificação das diferentes relações criadas ao longo do período colonial. Em primeiro lugar, ela surge como fortificação para proteção da costa durante a invasão e expulsão dos franceses. A decisão de ocupação dos morros é porque estes forneciam visão da entrada da Baía de Guanabara e asseguravam a sobrevivência dos colonos em meio aos terrenos alagadiços, de mangue e de praia que formavam o sítio da cidade no entorno dos seus principais morros: do Castelo, de Santo Antônio, de São Bento e da Conceição (CARVALHO, 1990). Posteriormente, a cidade serviu como entreposto comercial, escoamento da produção aurífera, sede do governo geral, que como consequência originou o seu crescimento na planície localizada entre os quatro morros já citados e a criação do Porto da Praça XV e da estrutura administrativa da colônia. É dessa múltipla vocação que a cidade passou a adquirir ao longo do tempo que Rodrigues (2002) argumenta que a cidade do Rio de Janeiro era uma cidade aberta para o mundo e por isso, diferenciava-se da cidade de Salvador no que diz respeito ao seu uso.

Conforme citado anteriormente, as ordens religiosas tiveram relevância no planejamento e ocupação do espaço colonial e, esse fato também repercutiu no sítio do Rio de Janeiro. As ordens religiosas se faziam presentes na atividade comercial, na economia, na educação, no ordenamento do território através das delimitações das paróquias até a formação e consolidação das freguesias, na posse de terras no sítio urbano e nas fazendas de engenho localizadas no sertão carioca entre outros aspectos, pois a “falta de normas civis específicas para a conformação urbana, as leis eclesiásticas tornaram-se definidoras do estabelecimento

das atividades e dos caminhos de expansão territorial (FRIDMAN, 1999). Pode-se dessa forma comprovar que a Igreja Católica impulsionou a diversificação de uso da colônia com a atuação das ordens religiosas, principalmente dos Jesuítas, Carmelitas, Beneditinos, Franciscanos além de outras ordens. A atuação dessas ordens chegava a confundir quem era o agente de controle e ordenamento do espaço, se era o Estado Português ou a Igreja Católica que modificava e atribuía uso a colônia, conforme Fridman (1999).

Com a posse do Marquês de Pombal como vice-rei há uma ruptura da relação em que existia entre a Igreja Católica e o Estado Português, principalmente com os Jesuítas. O Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, foi o executor do plano de reorganização administrativa com ideais iluministas, onde procurava inserir Portugal ao pensamento intelectual e tendências da Europa setecentista (DELSON, 1997). Ao longo de sua atuação, direcionou obras de infraestrutura, abastecimento e crescimento da cidade do Rio de Janeiro (MACEDO, 2005). Como uma das medidas significativas foi a expulsão dos Jesuítas da colônia e fortalecimento da atuação do Estado na gestão e ordenamento da ocupação colonial com a criação de Vilas Reais, criação de estradas, interiorização da colônia e experiências de povoamento na região sul do Brasil. (DELSON, 1997).

A cidade do Rio de Janeiro ganhou outra configuração com a chegada da Família Real Portuguesa e a sua elevação a capital do reino em 1808. A estrutura de sede administrativa da colônia não comportava o tamanho da estrutura administrativa do reino e da corte que chegariam em navios para residir na cidade (MARTINS E ABREU, 2004). É consubstancial o crescimento da cidade em diferentes aspectos e a série de instituições que são criadas como o Jardim Botânico, Academia Imperial de Medicina, Banco do Brasil entre outras. Como resultante desse processo também ocorreu a expansão da cidade para além da planície entre os morros afim de comportar a magnitude que a capital do reino precisava ter, além da implementação de infraestrutura, diversidade comercial, atividades culturais e religiosas afim de reproduzir a vivência da corte que ocorria em Lisboa. A figura 1 representa o crescimento da cidade em 1608, 1710 e 1839.

Figura 1: Rio de Janeiro em 1608, 1710 e 1839. ¹



No decorrer do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro passou capital da colônia para sede da corte, depois de sede do império e por fim, capital da república. É imprescindível

¹ Fonte: Pranchas gráficas produzidas por Carlos Gustavo Nunes Pereira. Disponível em <http://portageo.rio.rj.gov.br/eurbana/>. Acesso em 14/04/19.

acrescentar na presente discussão a dimensão simbólica que essas diferentes apropriações conferiram ao recorte espacial do presente artigo. Também é do século XIX o início do processo de importação dos hábitos franceses, pautados na civilidade e na modernidade que deveriam ser praticados no cotidiano da cidade, mas na prática, ocorria paradoxos intrínsecos a sociedade que não mudariam de uma hora para a outra. Para Martins e Abreu (2004), a chegada da família real ocasionou na transição abrupta do período pré-moderno/colonial para o moderno/capitalista e com isso, formulou-se uma modernização conservadora. Essa discussão de modernidade torna-se acentuada com o fortalecimento de uma imagem para um novo país e dessa forma, o Estado deveria intervir, de forma efetiva, na mudança de concepção de urbano que era conhecida até então, além de inserir as novidades oriundas da Europa ao mesmo tempo que os velhos problemas coloniais ainda não tinham sido solucionados.

Para a reversão dos problemas que ainda atormentavam o cotidiano da capital do país, se fortalece a partir da segunda metade do século XIX as comissões de melhoramentos que investigaram o dia a dia da cidade e apresentaram soluções para a nova imagem do país. Desses relatórios, as questões sanitária e habitacional despontam como as principais problemáticas que foram acentuadas com o vertiginoso crescimento da população e a proliferação da moradia em cortiços e as recorrentes epidemias (BENCHIMOL, 1992). É nesse cenário que surgem os planos de intervenção urbana, onde o Estado se apresenta como o principal gestor do ordenamento do espaço urbano em que as reformas a serem implementadas representariam uma nova cidade dentro da já existente, onde a união entre o capital privado buscava “aburguesar” a região central da cidade em detrimento das camadas populares (AZEVEDO, 2003). É com esse discurso que embasaram as reformas realizadas pelo prefeito Pereira Passos na primeira década do Século XX, tema este que será abordado em outra parte do presente artigo na formação de uma nova centralidade para a cidade e como consequência para o carnaval das Grandes Sociedades.

3. A cidade e seu carnaval representado pelas Grandes Sociedades

O processo de formação e construção das Sociedades Carnavalescas no Rio de Janeiro surgiu das consequências do embate criado entre o Entrudo, manifestação portuguesa caracterizada pelos limões de cheiro e molhadelas aos desavisados, e os Bailes de Máscaras

para legitimar a representação do termo “carnaval” e as festas que o constituem. Vale ressaltar que os surgimentos dos percursos em direção aos teatros ocorrem como uma necessidade de a elite chegar à segurança nos Bailes de Máscaras e assim “construir um local seguro, livre das ofensas do entrudo”. (FERREIRA, 2004, p. 66). Ao analisar essa configuração entende-se a apropriação cultural e os símbolos gerados na ocupação sazonal da festa, uma vez que o espaço produzido é o resultante das múltiplas possibilidades existentes (SANTOS, 2006).

O ato de ocupar as ruas para brincar o carnaval configura-se como conflito, pois é composto por diferentes grupos em função das diversas manifestações existentes, Damatta (1997), aponta que o carnaval é a síntese da representação da sociedade, porque apresenta a exemplificação da atuação de diferentes atores na produção do espaço urbano que passam despercebidos no resto do ano. Ao direcionar a análise para o que ocorria no século XIX na cidade do Rio de Janeiro, fica mais nítido de perceber as dimensões do conflito carnavalesco ao longo das notícias de jornal, dos relatos dos viajantes, das crônicas dos literatos que hoje são as fontes de pesquisa para entender o que ocorria naquele período e possível de estabelecer as conexões para investigar a festa hoje. Abaixo é relatado um fragmento da tensão observada ao tentar reprimir as práticas do Entrudo:

§ 2. tit. 8ª secção. 2º do código de posturas acima citado: Fica proibido o jogo do entrudo dentro do município; qualquer pessoa que o jogar, incorrerá na pena de 4º a 12º e não tendo com que satisfazer, sofrerá de dois a oito dias de prisão. Sendo escravo, sofrerá 8 dias de cadeia, caso seu senhor o não mande castigar no calabouço com 100 açoutes, devendo uns e outros infratores ser conduzidos pelas rondas policiais à presença do juiz, para os julgar, à vista das partes e testemunhas que presenciaram a infracção. As laranjas do entrudo que forem encontradas pelas ruas ou estradas, serão inutilizadas pelos encarregados das rondas. Aos fiscais com os seus guardas também fica pertencendo a execução d’esta postura. (Gazeta de Notícias, 27 fev. 1881).

Um dos paradigmas analisados na concepção da cidade no século XIX e que tem reflexos nos festejos carnavalescos é a oposição construída entre a casa e a rua. Dessa oposição é possível formular duas visões de mundo que impactam a realidade cotidiana, pois a convivência entre a casa e a rua aponta para as diferentes apropriações que a cidade produz através da ação humana que modifica e dá sentido à sua forma e função. Vale ressaltar que o espaço é a síntese entre o conteúdo e as formas espaciais, conforme Santos (2006). Dentro dessa análise, Damatta (1997), argumenta que a casa representa o mundo, moldado por escolhas e decisões próprias, enquanto a rua é objeto de representação do universo em que as

decisões sofrem ações de fatores externos. Em outras palavras, a casa representa a ordem e a rua, a irregularidade. Nessa perspectiva, investigar a cidade demonstra que esta é composta por tensões em sua essência cotidiana.

O surgimento das manifestações carnavalescas aparece em meio a esse paradigma entre a casa e a rua. Autores como Damatta (1997), Ferreira (2004 e 2005), Cunha (2001), Pereira (2004) e Moraes (1958) analisam que a prática carnavalesca mais antiga em terras brasileiras é de origem portuguesa, chamada de Entrudo. O Entrudo é inserido na dualidade da casa e da rua e dividiu-se em Entrudo Familiar e Entrudo Popular. O Entrudo Familiar é caracterizado como a ordem e a regularidade no interior das residências, já o Entrudo Popular era realizado no âmbito das ruas, com ataques inesperados e muitas das vezes com ares de violência, conforme aponta Ferreira (2004).

Porém em 1840 há o aparecimento de uma nova manifestação, representada nos Bailes de Máscaras. Ferreira (2005), afirma que a adoção dessa nova prática é reflexo do pensamento de civilidade e modernidade que começava a ganhar força neste período em busca de produzir a identidade do jovem país independente e assim, negar as heranças portuguesas desde os tempos coloniais. Vale ressaltar que o carnaval não passou inerte por esse processo e assim incorpora-se os Bailes de Máscaras proveniente da França (MORAES, 1958). Os Bailes de Máscaras eram compostos pelo ato de fantasiar-se afim de preservar a identidade do folião, proveniente dos personagens venezianos da *Commedia Dell'Arte*, e ir aos teatros participar dos bailes.

Ao conviver no mesmo espaço o Entrudo e os Bailes de Máscaras, formaram um conflito no espaço da cidade durante os festejos de momo. É necessário apontar que foi conferido aos Bailes, a denominação do carnaval oficial e de como deveriam ocorrer as práticas carnavalescas a partir daquele momento. Enquanto ao Entrudo, este foi duramente taxado como violento e arcaico e promulgado como o não carnaval, reafirmado em Cunha (2001). Porém há algumas questões a serem consideradas. Primeiro é que a maior parcela de brincantes que passaram a ir para os Bailes eram os que tinham maior poder aquisitivo e anteriormente brincavam o Entrudo no interior das suas residências. Em segundo ponto, a informação era propagada pelos jornais, onde nem toda a população tinha poder aquisitivo e instrução para a leitura dos mesmos. Por fim, os Bailes ocorriam no interior dos teatros e não

tinham solucionado a ocupação das ruas pela prática carnavalesca que até então eram realizados pelo Entrudo Popular. Desta forma, exemplifica-se que o espaço da cidade é formado por diferentes práticas que conflitam entre si. Esses conflitos são explicados pelas diferentes visões de mundo, lugar e posição dos indivíduos que produzem a cidade (VELHO, 2002).

Com o passar dos anos, os Bailes ganharam apreço entre seus praticantes e cada vez se espalharam pelos teatros da cidade, porém o percurso entre as casas e aos teatros estavam sujeitos aos ataques do Entrudo Popular. Desta necessidade, começaram a ser iniciadas concentração de pessoas fantasiadas para percorrer as ruas da cidade em direção ao local dos bailes (FERREIRA, 2005). Também eram solicitados escolta policial e repressão por parte do poder público para quem fosse praticasse o Entrudo Popular. Na composição dos percursos eram escolhidas as ruas, locais de encontro e para fantasiar-se, horário de saída e de retorno, como também serviços de alimentação, de guarda dos artigos pessoais e da fantasia. Essas práticas podem ser entendidas como o conceito de pedaço, proposto por Magnani (2002) pois configuram indivíduos que compartilham os mesmos códigos.

Do período entre 1840 a 1855, os percursos em direção aos bailes ganharam relevância e organização. Como resultado desse processo, em 1855, há a publicação do primeiro percurso público nos jornais. Essa publicação foi organizada pelo Congresso das Summidades Carnavalescas, que em sua essência eram um grupo que procurava realizar diversas atividades em sociedade e tinha as práticas carnavalescas como seu ápice. O viver em sociedade era um exemplo das práticas civilizadas que deveriam ser praticadas a partir de então (PEREIRA, 2004). Vale ressaltar que com a realização deste primeiro préstito, forma qual os jornais denominavam os cortejos carnavalescos, estes ganharam fama e público ao longo dos anos e superaram o sucesso dos Bailes no interior dos teatros. Outro ponto a ser apresentado é que com a ocupação das ruas pelos desfiles das Sociedades, a existência do Entrudo estava ameaçada sob a ótica da civilização e organização que os desfiles esperavam realizar no carnaval, narrada em,

Algumas pessoas projetarão e formarão já uma sociedade que se denomina – Congresso das Summidades Carnavalescas, - com o fim de fazer belos e agradáveis divertimentos para o carnaval. Outros moços entusiastas, para que esse divertimento tenha o necessário desenvolvimento, estabelecerão uma outra sociedade também de pessoas do comércio, e vão dar em S. Cristóvão um esplendido baile de fantasia, ao

qual há de preceder passeios em carros pelas ruas da cidade. (Diário do Rio de Janeiro, 25 jan. 1855).

Com o passar dos anos, diversas outras Sociedades Carnavalescas surgiram após o feito realizado em 1855 pelo Congresso das Summidades Carnavalescas, porém o ápice dos desfiles ainda eram os Bailes nos teatros. As Sociedades Carnavalescas competiam entre si, onde era mostrado sua importância a partir do número de participantes que teriam em seus bailes. Tal rivalidade era marcada pelas novas surpresas e atrações para os seus desfiles e bailes a cada ano que passava e construía uma nova etapa para o carnaval carioca (MORAES, 1958). Desse processo, na década de 1860 e 1870 surgem as Grandes Sociedades Carnavalescas: Tenentes do Diabo (1865), Club dos Fenianos (1869) e Club dos Democráticos (1867).

As Grandes Sociedades tornaram-se referência tanto no âmbito dos seus desfiles, como também nos seus eventos internos e no caráter civilizador que se perpetuou ao longo dos anos. Porém, o fato que reafirmava sua fama em cada carnaval eram os seus desfiles pelas ruas da cidade. Vale ressaltar que as ocupações das ruas pelos seus préstitos conferiram a formação do lugar do carnaval pelas suas práticas no sitio da cidade. Esta noção é reafirmada em Carlos (2007), pois a formação do lugar na cidade é construída pela formação de novos hábitos, cultura e valores na produção do espaço. Para que isto se perpetuasse ao longo dos anos, as distintas sociedades apresentaram uma nota pública à sociedade fluminense para que seja praticada a festa moderna e com ares de civilidade para retratar a imagem de um país cujo pensamento estava concatenado com ideais franceses, e a manifestação do Entrudo não fazia parte dessa linha de pensamento, conforme apontado em Pereira (2004). Abaixo, é apresentado um trecho desse manifesto:

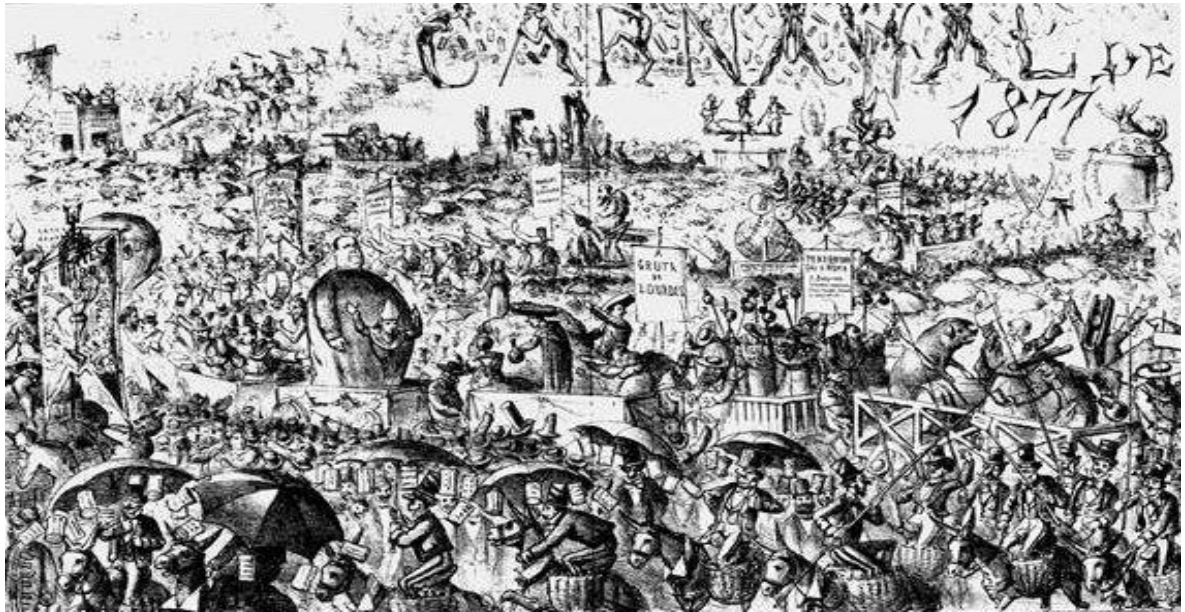
Manifesto à população fluminense. [...] Convictas, pois, de que os seus folguedos públicos são, não só uma distração inocente para a população d'esta cidade, como e principalmente uma manifestação incontestável de seu adiantamento moral e civilizador, - unidas em uma só ideia, abraçadas em um só desejo, as sociedades *Tenentes do Diabo, Democráticos e Fenianos* apelam para a sensatez, para a inteligência, e sobretudo para a proverbial cortesia do público fluminense, pedindo-lhe a abstenção do entrudo, ao menos durante a passagem dos préstitos carnavalescos. [...] (Gazeta de Notícias, 28 fev. 1881).

4. A(s) produção(ões) do espaço do carnaval no cotidiano da cidade

No desenvolvimento de uma cidade, alguns elementos se apresentam como determinantes da ocupação física e simbólica de um determinado recorte espacial onde a cidade é compreendida. Um desses elementos é a formação do seu centro e em consequência do processo de centralidade através de fatores diversos como a concentração econômica, política, administrativa, disponibilidade de recursos entre outros. No caso da colonização portuguesa, o estabelecimento de um local para os órgãos administrativos e a disposição da sede paroquial daquela localidade já era possível de configurar como o ordenamento territorial e formação de centros urbanos primários a fim de estabelecer ocupação e uso no sítio da colônia que se perpetua ao longo do tempo (DELSON, 1997).

Nessa perspectiva, a centralidade que o carnaval confere a determinados recortes espaciais, reflete as diferentes centralidades e usos que ocorrem em distintas partes da cidade e que é refuncionalizada nos dias de momo. Essa refuncionalização pode ser interpretada como localizações e itinerários simbólicos, conforme Côrrea (2012). A(s) rua(s) e os desfiles das Grandes Sociedades podem ser consideradas como exemplificações da “valorização dos locais percorridos” e “incorporar os atributos simbólicos que as localizações e trajetos possuem” (CÔRREA, 2012, p. 137). A apropriação das ruas da cidade pelos desfiles carnavalescos criam novos usos e significados para além dos usos cotidianos, pois criam deslocamento de pessoas tanto os desfilantes como os espectadores e reproduzem a prática carnavalesca através dos elementos que compõem os desfiles como a divulgação prévia dos percursos escolhidos e liberados pela prefeitura, ordem das ruas a serem “desfiladas” entre outros aspectos. A figura 2 exemplifica um desses desfiles nas ruas da cidade.

Figura 2: Desfiles das Grandes Sociedades em 1877.²



A relevância da Rua do Ouvidor em comparação com as demais ruas da cidade é formada pela construção de sua centralidade ao longo do século XIX. Diversos elementos configuram esse status a rua como a concentração das sedes dos jornais e comércio variado. A respeito do comércio, é este que constitui a noção de centro na referida rua com magazines, modistas, costureiras, cabelereiros, lojas de decoração, cafés, livrarias, restaurantes entre outros. As relações comerciais conferem a rua condição, meio e produto da produção do espaço e reprodução da sociedade (CARLOS, 2014). Vale ressaltar que nas vitrines das lojas eram vendidas as principais novidades vindas principalmente da Inglaterra em um primeiro momento e, posteriormente, da França que confere o conhecimento de “Rua Francesa” ou “*Vivienne Carioca*” (GOMES, 1980). Abaixo é relatado um evento de preparação para o carnaval na referida rua e na figura 3 pode ser vista a representação da rua na composição urbana da cidade durante a segunda metade do século XIX em uma amostra do seu cotidiano.

CARNAVAL. Ontem às 10 da noite, passaram pela rua do Ouvidor os alegres rapazes que compõem o luzido Grupo dos Cometas, da sociedade carnavalesca Club dos Fenianos, precedidos pela banda de música do corpo policial. Os distintos carnavalescos tinham ido buscar o seu novo estandarte. A sua passagem foram eles muito saudados pelo povo que os acompanhava em grande massa. (Diário do Comércio, 10 fev. 1889).

² Fonte: Revista Illustrada, Ano 2, n. 55, 1877. Retirada do acervo da Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Figura 3: Cotidiano da Rua do Ouvidor no século XIX.³



Ao ser retomada a discussão sobre a formulação de um novo centro para uma nova cidade, é elencado as bases de pensamento que originaram as intervenções sócioespaciais no Rio de Janeiro. Vale ressaltar que essas intervenções tinham como objetivo tornar a cidade salubre e reordenar o crescimento desordenado, proveniente do expressivo crescimento populacional e das ruas estreitas existentes desde o tempo colonial (BENCHIMOL, 1992). O novo centro viria a representar a imagem moderna para a capital do país, com a solução dos paradoxos criados com as profundas mudanças ao tornar uma cidade colonial na sede da corte portuguesa, além de comungar com o exemplo das reformas urbanas de Paris no século XIX. Desta forma, seria possível formular uma nova imagem para o jovem país e na efetiva mudança das práticas e costumes que eram cotidianos até então (ABREU, 1997).

A Avenida Central surge como resultado desse processo de intervenção urbana na capital do Brasil. Ela integra o pacote de medidas e obras desenvolvidas ao longo do governo de Pereira Passos entre os anos de 1903 a 1906. Essa avenida reconfigura a imagem de cidade que era produzida e conhecida até então, pois abre uma larga avenida em contraste com as

³ Fonte:Acervo Instituto Moreira Sales. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/cinco-lugares-adorados-ou-detestados-por-machado-de-assis-14043216>. Acesso em 20/04/2019.

ruas coloniais, insere a monumentalidade dos edifícios em contraponto aos sobrados de dois e três andares espalhados pela cidade. Além disso, proporciona a melhora da circulação dos ventos pela cidade e remove a população que morava no interior dos cortiços, que dessa forma justifica o caráter higienista dessa reforma urbana.

Azevedo (2003) argumenta que a abertura da Avenida Central servia para resolver o problema de escoamento comercial oriundo do porto e reformular a rede comercial da cidade, além de apresentar um novo sistema viário junto com a abertura da Avenida do Cais e a Avenida Portuária. Com uma nova centralidade para a cidade, novos hábitos seriam incorporados condizentes com a modernidade e com o requinte que a capital do país líder em exportação de café deveria apresentar para o mundo e que pode ser observada na figura 4. No seguinte trecho é relatado um dos primeiros carnavais já com a existência da Avenida Central no percurso dos desfiles das Grandes Sociedades:

PEDIDO JUSTO - O nosso velho hábito de fazer justiça nos impõem o dever de aplaudir a resolução do Dr. Getulio das Neves atendendo ao justo pedido que por nosso intermédio lhe dirigiram diversas pessoas, ameaçadas de não assistirem à passagem dos préstitos carnavalescos que este ano abrilhantarão as festas de Momo. O Dr. Getulio veio pessoalmente a nossa redação declarar que se ia entender com os Clubes e informar-se da altura dos carros alegóricos e de crítica afim de fazer elevar convenientemente os fios elétricos que passam pela Avenida Central. [...] (Correio da Manhã, 28 fev. 1905).

Figura 4: Avenida Central no início do século XX. ⁴

⁴ Fonte: Globo Educação. Disponível em <http://educacao.globo.com/artigo/reforma-urbanistica-de-pereira-passos-o-rio-com-cara-de-paris.html>. Acesso em 21/04/19.



A produção do espaço simbólico da cidade pelos desfiles das Grandes Sociedades configura-se na composição de diferentes arranjos espaciais na escala intraurbana. Para Côrrea (2006), a formação dos arranjos nessa escala é resultado de complexas e instáveis relações entre diferentes aspectos. No que diz respeito aos desfiles das Grandes Sociedades, estes eram compostos por ordem e regularidade próprias que compunham os ritos dentro da concepção do carnaval como uma festa ritual composta pelas relações sociais. Outro aspecto que pode ser analisado é a capacidade de a manifestação cultural ser formadora de identidade com aspectos materiais e imateriais. Ao conferimos a rua como exemplificação do ritual como receptor de vários desfiles ao longo dos dias de carnaval (domingo e terça feira) e os desfiles extras como os de passagem dos estandartes e também espaço de realização das outras práticas carnavalescas além dos préstitos das sociedades podem ser classificadas como os ritos que vão compor o ritual carnavalesco. As concentrações dos ritos constroem a identidade social através da concentração de pessoas para fins distintos na composição do ritual (DAMATTA, 1997).

5. Considerações Finais

O presente trabalho apresentou o processo de produção do espaço do carnaval pelas práticas carnavalescas na Rua do Ouvidor e a transição da sua centralidade para a Avenida Central. A observação desse processo reflete nos impactos das reformas urbanas na produção de uma nova cidade no início do século XX e reflete um novo paradigma para a história urbana do Brasil. Ao propor essa construção, apresentou-se o surgimento de territorialidades distintas e múltiplas que ocorriam pelas diferentes manifestações culturais síntese da rua durante o carnaval, como principal impacto direcionado nos recortes espaciais analisados. Os dias da folia carregam novos significados e interpretações na produção de novas territorialidades e práticas culturais e simbólicas no espaço da cidade.

Aponta-se como etapas seguintes do estudo o aprofundamento da investigação do objeto de estudo para o desenvolvimento da dissertação, como também o estudo das Sociedades no período da *Bella Époque*, suas mudanças de discursos, novas acepções na composição de seus desfiles no decorrer das décadas do século XX, como reflexo e observação dos impactos das intervenções urbanas que ocorreram nesse período como também nas diferentes concepções, usos e ideias de cidade praticadas nesse período. Outro caminho a ser estudado também são as análises das manifestações de origem popular em oposição às Grandes Sociedades, como os Zé-Pereiras, ainda na Rua do Ouvidor, e os Cucumbis e Blocos e seus territórios gerados na Praça XI.

6. Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora IPLANRIO, 1997.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*. N. 10, mai/ago 2003. p. 35 – 63.

BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDI, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini. SOUZA, Marcelo Lopes de. SPOSITO, Maria Encarnação. (ORGANIZADORES). *A produção do espaço urbano – Agentes e processos, escalas e desafios*. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

_____. *O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade*. 1ª ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARNAVAL. *Diario do Commercio*. Ano II, n.69, p. 2. Rio de Janeiro, 10 fev. 1889.

- CARVALHO, Carlos Delgado de. História da Cidade do Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca, vol. 6, 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.
- CÔRREA, Roberto Lobato. O interesse do Geógrafo pelo tempo. Boletim Paulista de Geografia. v. 94, p. 1-11, 2016.
- _____. Espaço e Simbolismo. In. CASTRO, I.E. GOMES, P.C.C. CÔRREA, R.L. Olhares Geográficos – Modos de ver e viver o espaço. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. Diferenciação Sócio-Espacial, Escala e Práticas Espaciais. Grupo de Estudos Urbanos –GEU. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da Folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis – Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.
- DECLARAÇÕES. Correio da Manhã. Ano V, n. 1328, p.3. Rio de Janeiro, 28 fev. 1905.
- DELSON, Roberta Marx. Novas vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Editora Alva Ltda, 1997
- FERREIRA, Felipe. Inventando Carnavais – O surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- _____. O Livro de ouro do carnaval brasileiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GOMES, Danilo. Uma rua chamada Ouvidor. 1ª ed. Rio de Janeiro: Projeto Corredor Cultural – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987 [1936].
- LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. 4ª ed. Paris: *Editions Antares*, 2000.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. Memórias da Rua do Ouvidor. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, 2005 [1878].
- MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 17, n.49. São Paulo: 2002. p. 11 – 19.
- MANIFESTO À POPULAÇÃO FLUMINENSE. Gazeta de Notícias. Ano VII, n. 59, p.2. Rio de Janeiro, 28 fev. 1881.
- MARTINS, Luciana L.; ABREU, Maurício. Paradoxos da modernidade. O Rio de Janeiro do período joanino 1808-1821. In FERNANDES, E.; VALENÇA, M. (orgs.). Brasil urbano. Rio de Janeiro: Mauad Edit., 2004.
- MORAES, Eneida de. História do Carnaval Carioca. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1958.
- O ENTRUDO E O CARNAVAL. Gazeta de Notícias. Ano VII, n. 58, p. 2. Rio de Janeiro, 27 fev. 1881.

- PANORAMA. Diário do Rio de Janeiro. Ano XXXIV, n. 25, p.2. Rio de Janeiro, 25 jan. 1855.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O carnaval das letras – Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Evolução urbana do Brasil (1550/1720). São Paulo: Livraria Pioneira Editora e Edusp, 1968.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro. In: AZEVEDO, A. N. (org.). Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002. p. 11 – 43.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SANTOS, Paulo F. Formação de cidades no Brasil Colonial. Anais do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, Portugal: 1968.
- SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. Revista Terra Brasilis. Vol 1, n. 1. São Paulo: 2012. p.1 – 18.
- SMITH, Robert C. Urbanismo colonial no Brasil. Bem Estar. N. 1, fev/mar 1958.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In.: _____. Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 121 – 132.